UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2024**
Tp. Período	**Anual**
Curso	**PEDAGOGIA (580/I)**
Disciplina	**2435/I - POLITICAS EDUCACIONAIS**
Turma	**PEN/I**
Local	**IRATI**

Carga Horária: **68**

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Relação Estado brasileiro, sociedade civil e políticas públicas no Brasil. Intervenção dos organismos multilaterais na educação brasileira. Federalismo e o regime de cooperação. Legislação e organização da educação básica no Brasil. Estatuto da Criança e Adolescente. Políticas de valorização docente. Aspectos gerais sobre o financiamento da Educação Básica no Brasil. A estrutura e o funcionamento da Educação Básica no Paraná.

I. Objetivos

Geral
-Analisar e compreender as políticas educacionais no Brasil, considerando a relação entre Estado, sociedade civil e políticas públicas, bem como a influência dos organismos multilaterais.
Específicos
-Investigar o papel do federalismo e o regime de cooperação na implementação das políticas educacionais no Brasil.
-Estudar a legislação e a organização da educação básica.
-Analisar as políticas de valorização docente e seu impacto na qualidade da educação.
-Explorar os aspectos gerais sobre o financiamento da Educação Básica no Brasil e sua relação com a qualidade do ensino.
-Compreender a estrutura e o funcionamento da Educação Básica no Paraná, considerando suas peculiaridades e desafios.

II. Programa

UNIDADE I
●A elaboração e implementação das Políticas educacionais: interface entre o Estado e sociedade.
●As interferências dos organismos internacionais nas políticas educacionais na atualidade.
●Reformas educacionais: interferência dos órgãos multilaterais e do empresariado
UNIDADE II
●Aspectos legais da educação básica do Brasil: em destaque o federalismo e o regime de colaboração na organização do sistema educacional;
●Constituição de 1988, LDB 9393/96, BNCC e ECA;
●Níveis e modalidades de Educação Básica;
●A Estrutura da Educação no PR; sistema, dispositivos legais e organização estadual de ensino.
UNIDADE III
●Financiamento da Educação Básica e a responsabilização de cada ente federado;
●Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)
●Programas Federais
●Políticas de valorização docente: aspectos legais sobre a carreira docente (BNCC Formação); condições de trabalho, remuneração, e formação inicial e continuada.

III. Metodologia de Ensino

A disciplina será organizada por unidades conforme o programa apresentado acima, para cada unidade será disponibilizado um texto base e materiais complementares aos/às estudantes. As aulas serão ministradas através de aula expositiva e dialogada com apoio de textos, slides ou quadro de giz, exigindo do aluno a leitura prévia dos materiais. Em cada unidade será realizada duas atividades de síntese (produção oral ou escrita), de cunho avaliativo e ao final de cada semestre será realizada uma prova escrita com objetivo de avaliar a aprendizagem do conteúdo. Para os alunos que não atingirem a média será oportunizado uma atividade escrita de recuperação.

IV. Formas de Avaliação

Os/as estudantes serão avaliados pela participação, produção, compreensão e clareza das ideias nas atividades avaliativas propostas para cada unidade da disciplina. Além de duas atividades de síntese (produção oral ou escrita), de cunho avaliativo, ao final de cada semestre será realizada uma avaliação escrita com objetivo de verificar a aprendizagem do conteúdo. Para os/as estudantes que não atingirem a média será oportunizada uma prova de recuperação ao final de cada semestre conforme o disposto na Resolução nº 1/2022 do COU/UNICENTRO.

V. Bibliografia

Básica

AMARAL, Nelso Cardoso. Para Compreender o Financiamento da Educação Básica no Brasil. Liber Livro, 2012.
ARAÚJO, Gilda Cardoso. Estado, política educacional e o direito a educação no Brasil: “o problema maior é o de estudar”. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n.39, p.279-292, jan/abr, 2011: editora UFPR.
ARAÚJO, Gilda Cardoso. Federalismo e políticas educacionais no brasil: equalização e atuação do empresariado como projetos em disputa para a regulamentação do regime de colaboração. Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 124, p. 787-802, jul.-set. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/PnvpkHJgRr7P4TnsyC6Sb4Q/abstract/?lang=pt.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2024**
Tp. Período	**Anual**
Curso	**PEDAGOGIA (580/I)**
Disciplina	**2435/I - POLITICAS EDUCACIONAIS**
Turma	**PEN/I**
Local	**IRATI**

Carga Horária: **68**

PLANO DE ENSINO

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Lei n° 9394/96. LDB – Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Brasília. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

COSTA, A. C. O regime de colaboração entre a União, estados e municípios no financiamento da educação no Brasil. RBPAE, v. 26, n. 1, p.105-121, 2010. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19685/11468.

FLACH, Simone de Fátima. Planos de carreira e remuneração do magistério em municípios paranaenses: dados sobre existência, atualização e transparência (no prelo), 2017.

FREITAS, Luiz Carlos. A Reforma Empresarial da Educação: Nova Direita, Velhas Ideias. São Paulo: editora expressão popular, 2018.

GIARETA, Paulo Fioravante. Fundamentos político-pedagógicos da BNCC: considerações sobre o Estado educador e a produção de hegemonia. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, v. 6, p. 1-17, 2021.

LIBÂNEO, J.C. e outros. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Michelle Fernandes; MASSON, Gisele Masson; FONSECA, Machado, ARTUR Lourival da Fonseca. Vencimentos dos professores das redes municipais das mesorregiões Sudeste e Centro-Oriental do Paraná. RBPAE - v. 34, n. 3, p. 865 - 885, set./dez. 2018. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/81553/51694.

MASSON, G. A valorização dos professores e a educação básica nos Estados. Retratos da Escola, v. 10, n. 18, 2016.

MOURA, J. S. et al. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. Uberaba, v. 19, n. 40, 2019. Disponível em: http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1242.

OLIVEIRA, D. A. Carreira e piso nacional salarial para os profissionais da educação básica. Retratos da Escola, Brasília, CNTE, v. 10, n. 518, 2016. Disponível em: http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/654. Acesso em: 30 set. 2016.

PEREIRA, João Márcio Mendes (org.) A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013) / Organização de João Márcio Mendes Pereira e Marcela Pronko. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/9930/2/bancoMundial_vweb.pdf.

Complementar

OURA, J. S. et al. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. Revista Profissão Docente, Uberaba, v. 19, n. 40, 2019. Disponível em:http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1242. Acesso em: 30 set. 2016.

SILVA, D. O. V.; NUNES, C. P. Políticas públicas como instrumento de valorização docente no Brasil. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp. 2, p. 1131-1156, maio 2021. e-ISSN: 1982-5587.

SOCORRO, P. E. V.; SANTOS, A. R.; NUNES, C. P. Políticas públicas educativas na América Latina. Revista Educação Em Questão, v. 55, n. 45, p. 12-41, 2017. DOI: https://doi.org/10.21680/1981-1802.2017v55n45ID12743.

SOUZA, Angelo Ricardo; GOUVEA, Andréa Barbosa; TAVARES Taís Moura. Políticas Educacionais: Conceitos e Debates. Editora Appirus, 2016.

APROVAÇÃO

Inspetoria:	DEPED/I
Tp. Documento:	Ata Departamental
Documento:	03/2024
Data:	22/04/2024